

A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR E O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Ana Flávia Cordeiro Oliveira¹

Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira²

Resumo

O artigo a seguir apresenta questões voltadas para a Síndrome de Down e tem como objetivo geral compreender as perspectivas de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down na escola regular. Como objetivos específicos, buscamos conceituar a Síndrome de Down; descrever o processo histórico da inclusão de crianças com limitações intelectuais na escola e discutir aspectos da Síndrome de Down no atendimento especializado e na escola regular. A metodologia empregada no presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir de autores que tratam do assunto e a coleta de dados em campo foi constituída por uma entrevista realizada junto a uma professora que trabalhou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e um questionário aplicado ao pai de uma criança síndrômica. Ao final deste trabalho verificamos o quanto o assunto acerca da educação inclusiva é pouco estudado, e o quanto ainda deve expandir o conhecimento a respeito disso, pois a pessoa síndrômica pode executar bem muitas atividades que as neurotípicas faz em seu dia a dia.

Palavras-chave: Síndrome de Down; Inclusão; Escolas de Ensino Regular

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho de pesquisa tratou das questões de crianças com Síndrome de Down (SD), conteúdo este, pouco tratado. Há ainda grande tabu a respeito desta síndrome e o preconceito sobre o mesmo, gerando conflitos nos envolvidos.

Para Voivodic (2002):

A sociedade tem dificuldade para conviver com as diferenças, isolando na maioria das vezes, a pessoa com deficiência, pois cada um de nós carrega idéias preconcebidas em relação às pessoas com deficiência, o que influenciará nas atitudes e na interação com elas. São muitas as ocorrências pelas quais a sociedade mostra sua insensibilidade, falta de conhecimento, rejeição e preconceito em relação à deficiência. Os

¹ Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Mestre em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

efeitos desses sentimentos refletem sobre a família que recebe uma criança com síndrome de Down, e tais ocorrências podem ser reveladas ou não. (VOIVODIC, 2002, p. 33)

O respeito a uma pessoa com Síndrome de Down (SD) deve ser dado, desde a descoberta até o resto da vida da criança; isso considerado, torna o processo de ensino e aprendizagem mais fácil e produtivo, fazendo com que a criança, ao entrar na escola de ensino regular, já se sinta acolhida. Segundo Casarin (1999, apud VOIVODIC, 2002), as famílias diferem em sua reação diante do nascimento da criança com SD. Algumas passam por um período de crise aguda, recuperando-se gradativamente. Outras têm mais dificuldade e desenvolvem uma “tristeza crônica”.

Este trabalho teve como foco a inclusão de crianças com Síndrome de Down, tema este que é pouco estudado e excluído de importantes discussões.

O objetivo geral deste artigo foi compreender as perspectivas de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down na escola regular; os objetivos específicos foram: conceituar a Síndrome de Down; descrever o processo histórico da inclusão de crianças com limitações intelectuais na escola e discutir aspectos da Síndrome de Down no atendimento especializado e na escola regular.

A metodologia deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e uma pesquisa em campo que consistiu em entrevista com uma professora que atuou com alunos com Síndrome de Down na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e um questionário aplicado a um pai que tem uma filha sindrômica.

1. Conceito de Síndrome de Down

A Síndrome de Down (SD) se trata de uma deficiência, encontrada facilmente na sociedade. É um distúrbio cromossômico caracterizado pela expressão de cópias dos genes presentes no cromossomo 21 em triplicata. Estima-se que a incidência da SD é de 01 para cada 600/800 nascidos vivos por ano, tendo em torno de 8.000 novos casos por ano, no Brasil. (MATOS et al, 2007).

Para Paiva et al (2014), foi Jonh Langdon Down, médico britânico, que descreveu as principais características da Síndrome de Down, em 1866, onde ele citou, por exemplo, retardo mental, micrognatia, implantação baixa das orelhas. Porém, foi

dado como informações equivocadas, pois o mesmo comparou a síndrome de Down com o mongolismo, devido às características das crianças serem parecidas com o povo da Mongólia, país que fica na Ásia Oriental.

Essa alteração cromossômica ocorre no processo de gestação com a presença de um cromossomo a mais em todas as suas células. Já a descoberta dessa síndrome é dada por meio de ultrassonografia, percebidas pelas mudanças físicas das crianças como, por exemplo, os olhos puxados, cabeça arredondada e ainda boca pequena. E confirma-se efetivamente, por meio de exames objetivos submetidos ao sindrômico, quando nasce (LUIZ et al, 2008).

Segundo Silva (2009), a principal característica de crianças sindrômicas é o atraso cognitivo em seu desenvolvimento, isso ocasiona a demora no processo da evolução da linguagem, causando um déficit de atenção maior. Luiz et al (2008) diz que o portador sindrômico tem manifestações relacionadas à sua linguagem, que é lentamente desenvolvida, ou seja, há maior atraso.

A finalidade de descobrir a síndrome ainda na gestação é entre tantas, o preparo psicológico dos pais, diante de tal situação, ainda podendo orientá-los sobre condutas durante a gravidez e parto, bem como cuidados após o nascimento da criança, e, além disso, dar total apoio e reduzir a ansiedade dos casais, pais da criança (MATOS et al, 2007).

A criança com Síndrome de Down é muito carinhosa, necessita de estimulação e paciência dos profissionais, para que desenvolvam suas potencialidades (VITTO JUNIO; LIMA, 2011).

Ainda assim, segundo Mata e Pignata (2014) não se sabem ao certo o grande causador do distúrbio cromossômico 21, pois a mesma pode ocorrer em qualquer etnia, raça, independente da cor, religião ou classe social, nada relacionado à alimentação da mãe.

Paiva et al (2014) diz que um dos possíveis fatores que pode ocasionar que uma criança sindrômica possa ser gerada, é a idade da mãe, ou seja, mulheres acima de 35 anos de idade.

Crianças sindrômicas têm de 10 a 20 vezes mais chances de desenvolver desordens hematológicas, ou seja, problemas na distribuição do sangue pelo corpo,

ainda assim podendo, 20% dessas pessoas, desenvolverem leucemia mielóide aguda (MATOS et al, 2007).

Dias (2012) complementa ainda que a Síndrome de Down é uma anomalia que compromete o desenvolvimento mental e motor da criança:

[...] Este último é bastante prejudicado devido à hipocinesia associada à falta de iniciativa e espontaneidade ou hipercinesia e desinibição, que são frequentes. Estes padrões débeis também interferem na aprendizagem, pois o desenvolvimento psicomotor é a base da mesma. Assim sendo, é crucial proporcionar a estas crianças práticas que promovam e estimulem o seu desenvolvimento psicomotor (DIAS, 2012, p. 45).

Segundo Voivodic e Storer (2002) na questão do desenvolvimento cognitivo a criança com Síndrome de Down apresenta lentidão em suas reações, comparada a uma criança neurotípica e isso acarreta em uma mudança na sua ligação com o ambiente. Além de lento, o desenvolvimento cognitivo da criança com SD é diferenciado, podendo ser a maior consequência, os transtornos de aprendizagem. No entanto, o processo de crescimento da criança, essas diferenças são mais perceptíveis, já que as dificuldades de aprendizagem alternam durante o percurso de desenvolvimento.

2. O processo histórico de inclusão da criança com limitações intelectuais na escola

Paiva (2014, p. 10) conceitua “incluir como abranger, compreender e assim devemos pensar quando o assunto é inclusão de pessoas deficientes, independente da sua demanda”. Significa trazer para perto, proporcionar as mesmas experiências que uma pessoa dita como “normal” passa.

A inclusão surgiu no Brasil na década de 90, mais precisamente no ano de 1994, com a Conferência Mundial de Salamanca, na Alemanha, onde nosso país se comprometeu a modificar o sistema educacional brasileiro para melhor atender as crianças com Necessidades Educacionais Especiais (SOUZA, et al, 2015).

O documento LDB - Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) reforça que:

É dever do Estado garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (1996, p. 9).

Historicamente, há quatro etapas de toda trajetória da inclusão na educação: fase da exclusão, fase da segregação, fase da integração e fase da inclusão. O primeiro momento foi marcado pelo abandono e até mesmo o sacrifício de crianças deficientes, já a segunda fase, ocorreu no século XX, quando os alunos “especiais” recebiam uma educação isolada dos alunos ditos como “normais”. Já a terceira etapa caracterizou-se pela presença das crianças portadoras de necessidades especiais (NEE) incluídas em sala de aula com os demais alunos, porém, eles se adaptavam ao sistema de ensino regular. E a última etapa é caracterizada pela intensificação da atenção a todos os alunos portadores de NEE, sendo garantido por lei o acompanhamento de um profissional denominado AEE (Atendimento Educacional Especializado) para um apoio mais individualizado e específico (SILVA, 2009).

Souza (et al, 2015 apud MAZZOTTA, 1996) complementa dizendo que:

Pode-se dividir a história das pessoas com deficiência em três períodos. No primeiro período, entre 1854 a 1956, foram fundadas instituições tradicionais de atendimento a pessoas com deficiência mental, física e sensorial. Houve também o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar. Entre 1957 a 1993, representou o período no qual a educação especial foi assumida pelo poder público com campanhas determinadas a atender cada uma das deficiências. No ano de 1972, foi criado, pelo MEC, o grupo de Educação Especial e constituído, também, o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), a atual SEESP (Secretaria de Educação Especial). Surgiram, também, nesse período, oficinas acompanhadas para a formação de um trabalho com proteção. Exemplo disso foi a criação das APAES. Após o ano de 1993, as ações nos âmbitos político/educacional têm sido pela inclusão escolar, o que a inclusão vem sugerir é uma mudança na visão de deficiente e na possível educação desse deficiente. (SOUZA, et al, 2015, apud MAZZOTTA, 1996p. 79)

Segundo Martins (1999) foram desenvolvidos dois sistemas educacionais, o especial e o regular, no qual atende todo tipo de criança. Mas com o tempo, foi

percebida a importância da junção dos dois conjuntos educacionais, efetivando desse modo a educação a todos de maneira igualitária.

Já Souza (et al, 2015, p. 81) comenta que a Constituição Federal de 1988, propõe que as “crianças com necessidades educacionais no ensino regular, tenham uma educação de qualidade a qual garante o direito à igualdade a todos.”

Segundo Vitto Junio e Lima (2011), todo processo de inclusão da criança síndrômica começa por meio da interação social, não apenas na escola em que está inserida, mas também no seu seio familiar. A educação inclusiva se baseia em melhorias no processo da educação básica para todos os portadores de NEE.

Porém, para Kwiecinski (2018), é platônico pensar que a integração social, por si só, fará com que haja isenção do preconceito na sociedade, pois o mesmo ainda está enraizado em nossa cultura. Sendo assim, essa interação sociável poderá amenizar este retrocesso de exclusão social.

A inclusão de crianças síndrômicas é um fator bem complicado, afinal o preconceito da sociedade ainda é grande, por pensarem que uma pessoa com Síndrome de Down, não é capaz de estudar, trabalhar e até mesmo ingressar numa faculdade. Portanto, essa realidade vem mudando com o passar do tempo, pois o número de crianças com SD em escolas de ensino regular vem crescendo em relação às escolas de ensino especializados, conforme diz Luiz et al (2008).

Silva (2009) afirma que o professor vê o processo inclusivo, como um desafio por ter que lidar com alunos NEE devido à falta de preparo, estrutura, assistência dos pais e gestores, tornando o processo de ensino aprendizagem precário e sem um conhecimento significativo dessas crianças.

Ainda segundo Souza (et al, 2015), a educação inclusiva começa por meio de uma mudança no sistema educacional, de modo que seja repensado o currículo escolar para assim, alcançar os objetivos de acordo com as necessidades de cada criança em sua singularidade.

Ferreira (2009, p. 4) complementa que “o atendimento educacional especializado deve ser visto apenas como um complemento da escolarização e não um substituto”.

Rosa (et al, 2015 apud SOUZA et al, 2008, p. 82), ressalta que “o atendimento educacional especializado deve ser oferecido dentro das escolas comuns e pode,

também, ser realizado fora da rede regular de ensino, em locais, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).”

Kwiecinski (2013) entende que, se a educação é importante, como fator de transformação para todos os indivíduos, uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades educativas especiais, torna-se fundamental para os indivíduos com deficiência mental, pois eles configuram uma condição intelectual analógica a uma construção inacabada, tendo uma lentidão significativa no processo intelectual. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a se adaptar às exigências escolares, mas sim o contrário, ou seja, a escola é que deve de adaptar às condições das crianças.

3. Síndrome de Down nos ambientes da APAE e na escola regular

Apesar de a inclusão ser um desafio pedagógico constante e amparado pela legislação, ainda encontramos embates quanto aos ambientes de aprendizagem das crianças com síndrome de Down.

Este trabalho de pesquisa se propôs a coletar dados junto a pais de filhos síndrômicos e junto a professores que trabalham em escolas regulares com crianças nesta mesma condição. A coleta foi restrita e muito desafiadora, uma vez que foi difícil ter acesso a professores que estejam atuando em escola regular com essas crianças e encontrar pais que tivessem alguma experiência de filhos síndrômicos na escola regular.

Conseguimos entrevistar apenas uma professora, cuja identidade será preservada. Esta atuou por alguns anos na APAE em Anápolis e atualmente está em um Centro Municipal de Educação Infantil. Na visão desta professora, a criança com Síndrome de Down que frequenta a escola regular, geralmente demonstra-se tímida e faz várias tentativas de aproximação com os demais alunos. Colocam-se como pessoas proativas na intenção de serem aceitas. Nas palavras dela: *“nem gostam de muita ajuda pra se mostrarem bem capazes buscando elogios e reconhecimento... são sensíveis ao que acontece ao seu redor”*.

Na perspectiva de Jurdi e Amiralian (2006, apud FRICK, 2009) há uma crítica em relação à inclusão da criança síndrômica com crianças neurotípicas:

O ambiente escolar apresenta um estímulo à competitividade, à negação das diferenças e uma tendência a valorizar a homogeneidade, enfim, a escola requisita o aluno ideal e realiza suas ações para atender a esse aluno idealizado. Não há espaço para ser diferente e único, e para estabelecer um diálogo com a diversidade. Ao falarmos de um sistema de ensino inclusivo, precisamos falar de uma mudança de comportamento, de atitudes, valores e conceitos. (JURDI; AMIRALIAN, 2006, s/p, apud FRICK, 2009).

Neste sentido, a professora entrevistada afirma que as crianças que frequentam a APAE, não têm boas experiências nas escolas regulares. A participante da pesquisa entende que as crianças sindrômicas preferem ficar na APAE por *“se sentirem bem mais acolhidas e com pessoas mais parecidas com suas realidades e profissionais mais capacitados para melhor atendê-las”*. A professora se posiciona afirmando que na APAE o trabalho é especializado e apresenta possibilidades maiores de sucesso e integração.

No entanto, Martins (2008) afirma que na situação de inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola regular, o professor deverá ter sempre um profissional com o papel de auxiliar na função de ajuda a esta criança. Ou seja, há possibilidade de um atendimento e atenção específicos, que, se for bem consciente, pode gerar bons resultados, porém não é isso que a entrevistada afirmou, ou seja, há controvérsias e estas podem resultar em prejuízos para a criança. Se ela não tiver um cuidador e se o ambiente for hostil, ela realmente não se sentirá acolhida e poderá sentir-se fora e um estranho naquele lugar.

Por outro lado, Dias (2012) cita benefícios para as crianças que apresentam deficiência e frequentam a escola regular: assistência por parte dos colegas; a criança cresce e aprende a viver em ambientes integrados. Já para os alunos neurotípicos, os benefícios são: sensibilidade para as diferenças individuais; oportunidade para participar e partilhar as aprendizagens; diminuição da ansiedade face aos fracassos ou insucessos. Se nos ativermos à realidade vivida pela professora entrevistada, a afirmação de Dias (2012) perde sua força (grifo nosso).

Para a professora: *“a convivência da criança na escola regular na tentativa de inclusão traz sim várias superações, porém as frustrações também são inegáveis e o mais marcante são os desafios de confiança, aceitação e convivência”*

Não encontramos nenhum autor que estivesse em consonância com a ideia defendida pela professora participante e, portanto, aumenta o nosso entendimento de que as pesquisas defendem a inclusão da criança especial na escola regular como algo favorável em vários aspectos.

A professora entrevistada afirma que, em sua experiência, a relação com a criança com síndrome de Down deve ser permeada *“de grande apoio, carinho, dedicação, amor e gratidão, pois eles são sensíveis e especiais no mais profundo significado da palavra”*.

Voivodic (2002) afirma que:

É necessário que a diretividade que caracteriza a interação seja acompanhada de maior sensibilidade e sincronização com as necessidades da criança. Por outro lado, é preciso que modifiquem suas estratégias conforme a criança evolui. Os profissionais devem ajudar a estabelecer interações positivas que sejam desfrutadas tanto pelos pais quanto pelas crianças, para evitar que se convertam em situações de aprendizagem estressantes e pouco agradáveis. (VOIVODIC, 2002, p. 37)

Visivelmente a participante apresenta resistência à inclusão da criança com Síndrome de Down na escola regular, pois afirma que já presenciou casos de adultos especiais que ficaram traumatizados por serem discriminados em um ambiente em que havia pessoas ditas normais e que contavam, com lágrimas, que não gostam de passar perto dessas escolas. Mas ressalta que com as crianças, essa experiência é mais leve, pois as escolas e educadores estão mais preparados para lidar com situações de preconceitos.

Também conseguimos realizar uma entrevista semiestruturada com apenas um pai de criança Sindrômica o qual respondeu algumas perguntas a respeito de sua filha.

Inicialmente ficamos cientes de que esta criança nunca frequentou a APAE. Tem nove anos e está na escola regular desde 1 ano de idade. Os pais afirmam que, em termos de socialização não enfrentam problemas com ela, pelo contrário, a criança é

independente e gosta de fazer atividades do dia a dia por si própria e mesmo precisando de ajuda em algumas delas, busca executá-la sozinha, além de não se intimidar e ser bastante observadora, atenta a tudo que acontece ao seu redor.

Com base nessas informações, Dias (2012) cita que quando a criança começa a frequentar o ambiente escolar ela desenvolve diversos fatores de sua formação, como por exemplo, a autonomia:

A educação pré-escolar constitui uma etapa educativa importante pela sua influência nos primeiros anos de vida e na formação de um indivíduo. De facto, a entrada da criança no mundo pré-escolar possibilita o início do seu processo de socialização e individualização, fomentando o desenvolvimento das relações afetivas com os seus colegas e a formação da sua identidade pessoal e respetiva autonomia. Estes aspetos baseiam-se na igualdade, cooperação e reciprocidade. Quando estas relações são praticamente inexistentes, a criança pode revelar dificuldades de adaptação ao longo do seu processo de escolaridade, prejudicando assim a concretização dos objetivos educativos. (DIAS, 2012, p. 62)

Em relação às dificuldades da criança, o pai relatou que *“a criança ainda apresenta dificuldades cognitivas que atualmente se manifestam principalmente na escrita, leitura e na matemática”*. De acordo com Vygotsky (2002, p. 32 apud VOIVODIC E STORER, 1998, p. 99) o desenvolvimento cognitivo se dá:

[...] desde o início do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio dentro do contexto social em que vive. Enfatiza a importância dos processos de aprendizado, que, segundo ele, desde o nascimento, estão relacionados ao desenvolvimento da criança. O desenvolvimento, em parte, é definido pelo processo de maturação do organismo, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento, que ocorrem no contato direto do indivíduo com o ambiente que o cerca: “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam.” (VOIVODIC E STORER, 1998, p. 99)

Vitto Junio (2011, p. 78) ainda afirma que segundo a UNESCO, há diversos prós em relação à inclusão de crianças com Síndrome de Down, como por exemplo, melhorias no desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

Apesar da criança em questão não apresentar bom desenvolvimento cognitivo com relação às disciplinas escolares, isso não quer dizer que a inclusão não vá propiciar isso, principalmente por que ela tem uma professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado) à sua disposição.

E o pai continua sua afirmação: “Na parte motora, ainda não tirou as rodinhas da bicicleta, mas achamos que isso seja apenas questão de mais um pouco de treino”. Silva (2009) afirma que:

O desenvolvimento motor das crianças com SD apresenta um atraso significativo que, segundo o autor, vai interferir no desenvolvimento de outros aspectos, pois é por meio da exploração do ambiente que a criança constrói seu conhecimento do mundo, assim seu comportamento exploratório pode apresentar comportamentos repetitivos e estereotipados, sendo impulsivos e desorganizados, dificultando um conhecimento consistente do ambiente e durando menos tempo. (SILVA, 2009, p. 10581)

Ou seja, é interessante que o pai se preocupa com o desenvolvimento motor de sua filha síndrômica, porém não é perceptível que ele tenha recebido orientação para este sentido, mas é significativa tal atitude.

Em relação ao vínculo professor e aluno, o pai diz que este aspecto é muito positivo. A aproximação com a AEE para auxiliá-la em todas as atividades e ainda ter livre acesso à sala de recursos para estimular a criança a melhorias em seu desenvolvimento e cognição na leitura, escrita e matemática, como, citadas acima pelo pai, pode resultar em dados significativos.

Silva (2009, p. 10580) menciona a importância do apoio entre pais e professores dos síndrômicos para que haja efetivação no processo de ensino aprendizagem da criança, pois juntos auxiliam-se mutuamente nas soluções de possíveis problemas que venham a ser enfrentados pelo aluno com Síndrome de Down.

No ponto acerca da relação pais e aluna, o progenitor disse que ajuda a criança em suas tarefas de casa, estimulando-a sempre a ser melhor, sem exagerar no encorajamento, pois é necessário haver respeito pelo tempo de desenvolvimento cada um. Ainda relatou que toda semana a menina tem sessões de fonoaudiologia e psicopedagogia na qual os profissionais realizam atividades de reforço nas disciplinas de sua dificuldade que é a leitura, escrita e matemática. E ainda foi afirmado que:

“Quando possível, brincamos com ela utilizando jogos e brinquedos pedagógicos. No Celular ou tablet, buscamos estimulá-la a brincar com aplicativos e jogos pedagógicos.” Ou seja, o pai usa também recursos tecnológicos visando contribuir com o processo de desenvolvimento da criança.

Por isso, Luiz et al (2008, p. 502) afirmam que uma boa aprendizagem se dá também pela relação entre pais, professores e filhos com Síndrome de Down; sendo saudável o resultado para um processo educacional mais efetivo e significativo, pois caracteriza-se como um trabalho de equipe, além de que, os pais são os primeiros indivíduos ditos como “normais”, com os quais os sindrômicos têm uma interação social.

O pai ainda ressaltou sobre o receio de a criança ser excluída pelos demais alunos, pois muitas vezes os mesmos não conhecem o “diferente”, causando assim uma inquietude nos pais da criança com Síndrome de Down à respeito dela se sentir inferior.

Por isso, Sampaio (2012) afirma que:

[...] o professor tem que intervir na relação da criança com os outros colegas para que não haja discriminação entre os alunos. No início da inserção deste aluno em sala de aula, o professor deve preparar a turma para recebê-lo, esclarecendo a todos a deficiência e como podem se ajudar mutuamente. É de extrema importância criar um clima de expectativas positivas com relação às possibilidades de aprendizagem do aluno e agrupá-lo desde o primeiro dia de aula. É importante conscientizar sobre a diversidade e as possibilidades de crescimento individual e coletivo. (SAMPAIO, 2012, p. 282)

Sendo assim, Sampaio (2012) complementa que é indispensável um diálogo com o restante da turma em relação à demonstração de carinho e afeto dada pela criança sindrômica, afinal isso, funciona como um auxílio no processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou o entendimento a respeito da inclusão da criança com Síndrome de Down em escolas de ensino regular, pois esse ainda é um assunto pouco discutido. E quando se fala de inclusão, há um medo por parte das pessoas, afinal o pré-conceito em relação à deficiência é enraizada na cultura de qualquer indivíduo.

Infelizmente, há muitos pensamentos acerca de que o deficiente não pode fazer tudo que qualquer outra pessoa faça.

Por isso, iniciamos o artigo com o conceito de Síndrome de Down, exemplificando suas características, dentre elas, as físicas, cognitivas e motoras, suas dificuldades e habilidades e citamos a importância da família como apoio no crescimento da criança, como auxílio no processo de formação pessoal e educacional.

Ainda foi exposto o processo histórico da inclusão e como as políticas educacionais foram um marco na vida de todos aqueles que sofreram tanto para garantir seus direitos.

Na pesquisa de campo, sob a perspectiva da professora entrevistada, a inclusão da criança com Síndrome de Down na escola regular não é algo favorável para o seu desenvolvimento, como os autores defendem. No entanto, o pai participante afirma que a inclusão de sua filha em uma escola de ensino regular proporcionou um desenvolvimento significativo, embora esta nunca tenha antes estado em uma instituição que ofereça atendimento especializado. A experiência da família em questão se refere apenas à realidade da inclusão no ensino regular e demonstra relativa satisfação com os resultados, o que endossa afirmações teóricas sobre os benefícios da inclusão da criança com necessidades especiais na escola regular.

Assim sendo, concluímos o quanto a educação inclusiva ainda precisa ser discutida, embora grandes avanços tenham sido dados até aqui. Toda a sociedade deve exercer respeito para com as diferenças, favorecendo assim, uma vida em sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases** – LDB, Senado Federal, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em: 22 de março de 2018.

DIAS, Joana Filipa dos Santos Rodrigues. **O papel do educador na inclusão da criança com Síndrome de Down no Jardim de Infância**. Escola Superior de Educação Almeida Garret, Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/2934>> Acesso em: 15 de maio de 2018.

FERREIRA, Michele Marcelina. **Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do Ensino Fundamental. Educação Inclusiva.** Lins – São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.p df>> Acesso em: 25 de abril de 2018.

FRICK, Paulo. **A inclusão do aluno com deficiência na escola comum.** UFPR – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-inclusao-do-aluno-com-deficiencia-naescola-comum/19679>> Acesso em: 19 de maio de 2018.

KWIECINSKI, Inez. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down: Pedagogia ao pé da letra,** 2018. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/inclusao-escolar-de-criancas-com-sindromede-down/>> Acesso em: 20 de março de 2018.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e; BORTOLI, Paula Saudde; FLORIA-SANTOS, Milena; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.14, nº 3, p. 497-508, ano 2008. Universidade de São Paulo, Marília – São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n3/v14n3a11.pdf>> Acesso em: 10 de março de 2018.

MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos. Integração Escolar do Portador da **Síndrome de Down**: um estudo sobre a percepção dos Educadores, *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 5, ano 1999. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 1997.

MATA, Cecília Silva da. PIGNATA, Maria Izabel Barnez. **Síndrome de Down**: aspectos históricos, biológicos e sociais, II Febrat - Feira brasileira de colégios de aplicação e escolas técnicas, Belo Horizonte - MG, 2014. Disponível em: <<https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/TCEM2014-Biologia-CeciliaSilvaMAta.pdf>> Acesso em: 15 de abril de 2018.

MATOS, Sócrates Bezerra de; SANTOS, Leonardo Caires dos; PEREIRA, Ciro Silveira e; BORGES, Kleiton Silva. Síndrome de Down: avanços e perspectivas. **Revista Saúde.com**, nº 3 (2), p. 77- 86, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus – Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.uesb.br/revista/rsc/v3/v3n2a09.pdf>> Acesso em: 15 de abril de 2018.

PAIVA, Camila Foss. MELO, Camila Menezes. FRANK, Stéphanie Paese. PAES, Tânia Maria. **Síndrome de Down**: etiologia, características e impactos na família, FSP - Faculdade de São Paulo, São Paulo – SP, 2014. Disponível em: <https://facsaopaulo.edu.br/media/files/2/2_387.pdf> Acesso em: 22 de março de 2018.

SAMPAIO, Amanda Maria. A Síndrome de Down no contexto familiar e social. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.3, n.1, Número Especial, p. 276 – 286, UNIMAT– Universidade do Estado do Mato Grosso, Sinop, 2012.

SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira. Inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Down, **IX Congresso Nacional de Educação – Educere, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, PUC – Paraná, 2009. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2465_1462.pdf> Acesso em: 13 de março de 2018.

SOUZA, Cláudia Vanessa Oliveira; OLIVEIRA, Joane Graciele Santos; SOARES, Priscilla Kalisy Duarte; VIANNA, Raquel Schwenck de Mello; BARBOSA, Maria Cristina Freire; FINELLI, Leonardo Augusto Couto; SOARES, Wellington Danilo. O processo de inclusão do portador da Síndrome de Down na rede regular de ensino, **Revista Bionorte**, v. 4 nº 1, Funorte – Faculdades Unidas do Norte de Minas, Montes Claros – Minas Gerais, fev. 2015. Disponível em: <http://www.revistabionorte.com.br/artigo_no=a8.pdf> Acesso em: 20 de março de 2018.

VITTO JUNIOR, Jairto. LIMA, Ana Lúcia dos Santos de. A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**. V.9, Nº 1, ano 2011, Criciúma, Santa Catarina, 2011.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.; STORER, Márcia Regina de Souza. O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares, **Psicologia: Teoria e Prática**, nº 4, v. 2, pág. 31 – 40, Centro integrado de Desenvolvimento Infantil, São Paulo – SP, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v4n2/v4n2a04.pdf>> Acesso em: 17 de maio de 2018.